

NÍVEL DE COMUNICAÇÃO E FATORES DETERMINANTES NO *DISCLOSURE* EM RESPONSABILIDADE SOCIAL CORPORATIVA (RSC): UM ESTUDO COM EMPRESAS REGULAMENTADAS LISTADAS NA BOVESPA

RESUMO

Com as mudanças ocorridas no cenário econômico, onde as questões sociais e ambientais têm se destacado, fez-se necessário a adoção de mecanismos capazes de evidenciar tal transformação. Neste contexto apresentam-se os Relatórios Sociais, dentre os quais destacam-se o Balanço Social (BS) e a Demonstração do Valor Adicionado (DVA), através dos quais se pode avaliar as ações socialmente responsáveis das empresas. A publicação de Relatórios Sociais no Brasil ainda não é obrigatória. A presente pesquisa teve por objetivo investigar os fatores que determinam o nível de *disclosure* voluntário em Responsabilidade Social Corporativa (RSC) das companhias prestadoras de serviços públicos listadas na BOVESPA, através de análise de suas Demonstrações Financeiras Padronizadas (DFP). A amostra da pesquisa foi composta por 26 empresas prestadoras de serviços públicos, subdivididas nos segmentos: água e saneamento, gás e energia, telecomunicações. Foi utilizada a técnica estatística da análise fatorial de componentes principais (ACP), através da qual se buscou identificar os fatores condicionantes no *disclosure* voluntário em responsabilidade social corporativa (RSC) a partir de variáveis independentes do desempenho econômico-financeiro dessas companhias. O resultado da análise confirmou que as empresas prestadoras de serviços públicas divulgam desempenho social em detrimento a externalidades econômicas negativas.

Palavras-chaves: Responsabilidade Social. Relatórios Sociais. *Disclosure* voluntário.

1. INTRODUÇÃO

O tema Responsabilidade Social Corporativa (RSC) tem sido discutido em muitos estudos com o intuito de se encontrar uma definição que satisfaça as diferentes linhas de pensamento e o comportamento das empresas em relação a realização e comunicação de suas práticas em relação a essa temática (FARIA; SAUERBRONN, 2008).

Com o passar do tempo, as necessidades dos consumidores mudaram, e as empresas, atentas a essa mudança, também necessitaram mudar sua gestão pra atender as novas demandas da população a fim de garantir mercado.

Com a crescente globalização, houve a necessidade de adequar o Brasil às práticas contábeis internacionais, tendo em vista que a principal característica da globalização é o grande fluxo de investimento entre as nações (FRANCO, 1999). Assim, em 28 de dezembro de 2007 foi publicada a Lei 11368 trazendo, dentre outras inovações, a obrigatoriedade da publicação da Demonstração do Fluxo de Caixa (DFC) e Demonstração do Valor Adicionado (DVA) no contexto dos relatórios contábeis.

As informações sobre Responsabilidade Social Corporativa (RSC) podem ser evidenciadas através de Relatórios Sociais (RS), dentre esses, a DVA. Com a elaboração desse relatório pode-se melhorar a análise da atuação social e econômica da empresa. (TINOCO, p. 64, 2009).

A DVA contém as informações relativas a geração de riqueza da empresa num determinado período e sua respectiva distribuição, assim pode-se afirmar que a DVA é relevante na análise do desempenho social, visto que contém informações de como a riqueza

da empresa é criada e distribuída. O Valor Adicionado gerado pela empresa é repartido entre os seguintes setores: pessoal, acionistas, Estado, financiadores (TINOCO, 2009).

A elaboração de Relatórios Sociais não é obrigatória no Brasil, mas, é frequente o número de empresas que se sentem estimuladas a evidenciar suas ações em Responsabilidade Social Corporativa (RSC) quer seja por motivos econômicos quer seja pela simples divulgação de política social (discricionariiedade).

Nesse contexto, surge a discussão acerca da necessidade de padronização e obrigatoriedade dos Relatórios Sociais para que as práticas de evidenciação em responsabilidade social corporativa não seja vinculado apenas ao *marketing* social, ou seja, que as informações divulgadas pelas organizações não sejam usadas com o intuito de mascarar externalidades negativas (IBASE, 2009).

A elaboração de Relatórios Sociais tenta unir tanto aspectos econômicos quanto sociais, fazendo necessária a adaptação da Contabilidade a essas novas perspectivas, evidenciando os resultados não apenas econômicos (lucro) como retratando a relação da empresa com a sociedade (TINOCO, 2009).

A principal questão que envolve os Relatórios Sociais e a divulgação em Responsabilidade Social Corporativa (RSC) é exatamente identificar o que influencia essa divulgação, quais fatores impulsionam a elaboração destes relatórios e quais desestimulam. Neste contexto, a presente pesquisa procurou investigar os fatores que determinam o aumento de *disclosure* voluntário das empresas prestadoras de serviços públicos no Brasil, listadas na BOVESPA, tomando como base seus relatórios destinados a usuários externos.

O trabalho investiga a partir das demonstrações contábeis uma amostra de 26 empresas prestadoras de serviços públicos disponibilizadas pela BOVESPA, a existência de relação entre *disclosure* voluntário em responsabilidade social e desempenho econômico, originando assim, a seguinte problemática: **Quais fatores determinantes no *disclosure* voluntário em Responsabilidade Social Corporativa (RSC) das companhias prestadoras de serviços públicos listadas na BOVESPA?**

O trabalho estabelece enquanto hipóteses: H₀: O *disclosure* voluntário em responsabilidade social corporativa não está relacionado com o desempenho econômico-financeiro das companhias. H₁: As variáveis do desempenho econômico-financeiro influenciam de forma significativa no *disclosure* voluntário em responsabilidade social corporativa (RSC).

O trabalho apresenta com objetivo geral modelar fatores do desempenho econômico que influenciam no *disclosure* voluntário em responsabilidade social corporativa (RSC) das companhias prestadoras de serviços públicos listadas na BOVESPA.

2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1 RESPONSABILIDADE SOCIAL CORPORATIVA (RSC)

Com o advento da globalização e da era da informação, a divulgação de informações relacionadas à Responsabilidade Social torna-se relevante, atraindo interesses de diversos agentes e organizações. Empresas que visam exclusivamente o lucro tendem a perder espaço para as empresas socialmente responsáveis, visto que as informações das companhias estão cada vez mais acessíveis a população (FARIA; SAUERBRONN 2008).

Segundo Carroll (1999, p. 268) *apud* Kitahara (2007) os anos 1950 deram início a Era Moderna da Responsabilidade Social Empresarial. O desenvolvimento da região onde as

empresas eram instaladas, o aumento do número de empregos, a circulação de moeda, que muitas vezes beneficiava exclusivamente os empresários, era visto como sinônimo de RSC. Com o passar do tempo esse conceito tornou-se inadequado, visto que a sociedade demandava outras atitudes que não estavam vinculadas unicamente às transações das empresas, fazendo com que as mesmas passassem a ter uma preocupação social e não exclusivamente econômica.

O Instituto Ethos (2009) define Responsabilidade Social Empresarial, como:

[...] a relação ética e transparente da empresa com todos os públicos com os quais ela se relaciona e pelo estabelecimento de metas empresariais que impulsionem o desenvolvimento sustentável da sociedade, preservando recursos ambientais e culturais para gerações futuras, respeitando a diversidade e proporcionando a redução das desigualdades sociais.

Segundo Milane Filho (2008) a divulgação de práticas socialmente responsáveis tendem a crescer, mas ainda não existe uma definição única sobre Responsabilidade Social Corporativa.

Faz-se necessário diferenciar Responsabilidade Social Corporativa de Filantropia, uma vez que a Filantropia direciona suas ações sócias ao âmbito externo da empresa (comunidades, associações, etc.) e a RSC visa atender um público maior, dentro e fora da esfera organizacional, promovendo o desenvolvimento tanto dos empregados quanto da comunidade em geral (MENDONÇA, 2010).

Segundo Farias (2008) a adesão da responsabilidade social é função estratégica das empresas visto que a divulgação dessas ações reflete positivamente na posição econômico-financeira das empresas e na maneira como são vistas por seus *stakeholders* (colaboradores, consumidores, investidores, financiadores, regulamentadores etc.).

Nesse contexto, surge a necessidade de se criar um instrumento capaz de demonstrar as alterações ocorridas na sociedade por meio da Responsabilidade Social das empresa de forma ética e transparente, ou seja, práticas de comunicação de responsabilidade social corporativa através de Relatórios Sociais.

2.2 RELATÓRIOS SOCIAIS

2.2.1 Modelos de Relatórios Sociais

Os relatórios sociais são responsáveis por fornecer aos *stakeholders* informações que permitam uma análise de como a riqueza gerada pelas organizações é revertida para a sociedade. A divulgação dessas informações é positiva para a organização por várias razões, entre as quais destacam-se a melhoria da imagem junto a sociedade e o aprimoramento das informações contábeis (KRAEMER; TINOCO, 2008).

O Balanço Social e a Demonstração de Valor Adicionado (DVA) destacam-se entre os relatórios sociais, por apresentar informações mais completas sobre a responsabilidade social das empresas.

Através da DVA amplia-se a análise do desempenho econômico e social das empresas por informar o valor econômico agregado aos bens e serviços adquiridos por terceiros. Elaborado em duas partes, onde a primeira apresenta a geração do valor adicionado e a segunda, a distribuição dessa riqueza gerada. (Tinoco 2009)

Os relatórios sociais apresenta-se, portanto, como ferramentas utilizadas pela Contabilidade para mensurar e evidenciar a RSC, buscando atender as necessidades dos *stakeholders*.

2.2.2 Balanço Social

O Balanço Social é um relatório social utilizado para mensurar quantitativa e qualitativamente o exercício da Responsabilidade Social Corporativa, evidenciando a atuação social das empresas de forma transparente para o público em geral (IBASE, 2009). No Brasil a publicação do Balanço Social não é obrigatória mas, muitas empresas já incluíram o Balanço Social em seus relatórios de comunicação à usuários externos.

O Balanço Social (IUDÍCIBUS, 2009, p.11) “busca demonstrar o grau de responsabilidade social assumido pela empresa e assim prestar contas à sociedade pelo uso do patrimônio público, constituído dos recursos naturais, humanos e o direito de conviver e usufruir dos benefícios da sociedade em que atua”.

Não se deve restringir o Balanço Social apenas a dados relativos aos recursos humanos da empresa, ele deve ser abrangente, mostrando a interação da empresa com o meio no qual está inserida e sua parcela de responsabilidade no desenvolvimento social. Nesse contexto, o Balanço Social apresenta quatro vertentes: o Balanço Ambiental, a DVA (Demonstração do Valor Adicionado), Balanço de Recursos Humanos e Benefícios e Contribuições à Sociedade em geral (IUDÍCIBUS; MARTINS; GELBCKE, 2009).

Neste sentido, no Brasil destaca-se iniciativas como a do IBASE (Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas), criado em 1981 e tendo como um dos fundadores o sociólogo Hebert de Souza, o IBASE, vem contribuindo com a disseminação da idéia de Responsabilidade Social Corporativa (RSC) e a importância da divulgação voluntária do Balanço Social e sua padronização (IBASE 2009).

Com o objetivo de se expandir o número de empresas empenhadas em publicar o Balanço Social seguindo o modelo IBASE, foi criado em 1998 o Selo Balanço Social, conferindo a empresa a imagem de socialmente responsável à partir da análise de seus investimentos sociais.

Algumas críticas são feitas ao Balanço Social, segundo Siqueira 2005 *apud* David e Ott (2003, p.12) “da contabilidade tradicional, que evidencia ativos e passivos, os Balanços Sociais em sua maioria buscam apenas demonstrar o ativo social das empresas, desconsiderando o outro lado, necessário para haver equilíbrio”. Assim, explica-se a necessidade de se criar propostas de relatórios sociais para evitar que a comunicação de práticas de responsabilidade social corporativa seja visto apenas como instrumento de *marketing*.

A falta de normatização (obrigatória) pode dificultar a comparação dos níveis de Responsabilidade Social Corporativa, visto que os modelos de relatórios sociais são dos mais variados.

2.2.3 Demonstração de Valor Adicionado

A globalização mudou o cenário econômico, aumentando a competitividade entre as empresas e fez com que a Contabilidade se adequasse a essas transformações à medida que o uso das informações contábeis passou a ser direcionada a diferentes públicos. Esse cenário propiciou o surgimento da Demonstração de Valor Adicionado (DVA), um relatório social que

busca mensurar a contribuição das empresas na geração e distribuição de riqueza (CONSENZA 2003).

A elaboração da DVA surgiu devido a incompletude de outros relatórios econômicos em informar a totalidade da riqueza gerada e sua consequente distribuição (NEVES; VICECONTI, 2007). Assim a DVA se constitui num modelo de relatório social mais abrangente.

Segundo Consenza (2003) os pontos positivos da elaboração da DVA, são: permitir uma visão abrangente da situação da empresa, tanto econômica quanto social; e possuir uma linguagem compreensível a qualquer usuário dessas informações.

É comum que as empresas se preocupem em legitimar ações voltadas para a sociedade, a elaboração da DVA está totalmente inserida neste contexto visto que é a peça fundamental para elaboração do Balanço Social, através do qual a empresa é capaz de expor a contribuição que é gerada para a sociedade.

Portanto, a DVA é um relatório que apresenta informações direcionadas tanto ao gestores quanto aos *stakeholders* externos, complementa os relatórios contábeis como instrumento não apenas econômico-financeiro com informações relacionadas ao aspecto econômico-social.

2.3 ÍNDICE DE SUSTENTABILIDADE EMPRESARIAL (ISE)

Com o intuito de destacar as empresas comprometidas com RSC e desenvolvimento sustentável a Bolsa de Mercadorias e Futuro da Bolsa de Valores de São Paulo (BM&F/BOVESPA) em conjunto com outras instituições criaram o Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE), que caracteriza-se como referencial do desempenho das empresas listadas na BOVESPA sob o aspecto de sustentabilidade corporativa, baseada na eficiência econômica, ambiental, justiça social e governança corporativa (CES-FGV, 2009).

Para seleção das empresas que compõe o ISE é enviado o questionário desenvolvido pelo Centro de Estudos de Sustentabilidade da Fundação Getúlio Vargas (CES-FGV), onde as empresas pré-selecionadas devem ser responsáveis pela emissão das 200 ações mais negociáveis da bolsa. O preenchimento do questionário é voluntário e as respostas das companhias são analisadas por uma ferramenta estatística denominada “análise de *clusters*” que identifica grupos de empresas com desempenhos similares e destaca o grupo com melhor desempenho geral, as quais irão compor a carteira final do ISE. (BOVESPA 2010)

O questionário abrange questões relativas a seis esferas de avaliação de sustentabilidade empresarial (geral, natureza do produto, governança corporativa, econômico-financeira, ambiental e social).

A inclusão de ações no Índice (ISE) deve obedecer os seguintes critérios: ser uma das 200 ações com maior índice de negociabilidade apurados nos doze meses anteriores ao início do processo de reavaliação (sendo revisado anualmente); ter sido negociada em no mínimo 50% pregões ocorridos no doze meses anteriores ao processo de reavaliação; e atender aos critérios de sustentabilidade referendados pelo Conselho do ISE (BOVESPA, 2010).

Em uma constante busca por progresso econômico, muitas vezes as corporações priorizaram o lucro em detrimento das questões sociais e ambientais. Com as transformações ocorridas no cenário mundial onde, nos últimos anos, as questões sociais e ambientais assumem relevância no processo decisório dos usuários externos (financiadores, consumidores etc.), as empresas brasileiras passaram a difundir os conceitos de desenvolvimento sustentável que, aliado à busca por alternativas que preservem o ambiente podem significar redução dos custos, sejam de comercialização, produção ou financiamento (WILKINSON et.al, 2001 *apud* SILVA; QUELHAS, 2006).

As empresas socialmente responsáveis vêm alcançando notoriedade no cenário econômico atual e em consequência dessa mudança os investidores tem direcionado a aplicação de seus recursos em empresas sustentáveis e rentáveis. Estes “investimentos socialmente responsáveis” (SRI) pressupõe que empresas sustentáveis geram valor para o investidor no longo prazo, visto que estão mais preparadas para enfrentar riscos sociais, econômicos e ambientais (BOVESPA 2009).

O índice (ISE), portanto, é “uma ferramenta importante para ampliar o entendimento sobre empresas e grupos empresariais comprometidos com a sustentabilidade empresarial, diferenciando-os em termos de qualidade, nível de compromisso, transparência, desempenho, dentre outros fatores relevantes para investidores com preocupações éticas” (CES-FGV 2009).

Embora apresente participação relevante na divulgação de empresas socialmente responsáveis, o ISE é passível de críticas quanto a sua metodologia, visto que a aplicação de questionário (não auditado) diminui a segurança em relação a veracidade das informações disponibilizadas para sua caracterização e formação.

3. METODOLOGIA

3.1 DETERMINAÇÃO DA AMOSTRA

O trabalho caracteriza-se como uma pesquisa qualitativa e quantitativa, lastreada na técnica estatística da análise fatorial. A amostra do estudo é formada por 26 empresas do segmento serviços públicos, listadas no BOVESPA que disponibilizaram seus relatórios (DFP – Demonstrações Financeiras Padronizadas) através de sua ferramenta institucional denominada Divulgação Externa (DivExt) relativo ao exercício de 2009. Os segmentos empresariais que compõe a amostra são identificados na Tabela 1.

<i>SEGMENTO</i>	<i>PORCENTAGEM</i> (%)
Gás e Energia	8
Água e Saneamento	23
Telecomunicações	69
Total	100

Tabela1: Composição da amostra

O programa Divulgação Externa (DivExt) é um *software* gratuito disponibilizado no sitio da BOVESPA que permite acessar através de *download* o conjunto das informações financeiras das empresas listadas, sendo subdivididas em Informes Trimestrais (ITR), Demonstrações Financeiras Padronizadas (DFP) e Informes Anuais (IAN).

As Demonstrações Financeiras Padronizadas (DFP) contemplam os seguintes relatórios: Balanço Patrimonial (BP), Demonstração do Resultado do Exercício (DRE), Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido (DMPL), Demonstração do Fluxo de Caixa (DFC), Demonstração de Valor Adicionado (DVA), Notas Explicativas (NE), Parecer dos Auditores Independentes e Relatório da Administração, sendo seu conjunto utilizado para a elaboração do estudo.

O conjunto das companhias que formam a amostra foi classificado em dois níveis de *disclosure* em RSC a partir da análise das DFPs publicadas: formado pelo grupo de empresas que não fazem nenhuma menção sobre gestão de pessoas ou políticas de responsabilidade social corporativa em notas explicativas, gráficos ou demonstrativos em seus relatórios de

administração, categorizadas como “**disclosure RSC nulo**” (1) ; e formado pelo grupo de empresas que faziam menção sobre gestão de pessoas, políticas ambientais e certificações relacionadas aos trabalhadores (SA 8000) e/ou ao meio ambiente (ISO 14000) em notas explicativas, demonstrativos balanço social quantitativo nos moldes do estabelecido pela CVM (Parecer de Orientação nº 15/87), categorizadas como “**disclosure sobre RSC existente**” (2).

3.2 SELEÇÃO DAS VARIÁVEIS INDEPENDENTES

As variáveis independentes selecionadas no trabalho tomou por base as utilizadas em pesquisas disponíveis na literatura, alcançando a elaboração de modelos paramétricos multivariados que tomaram por base os informes financeiros das companhias a partir de Altman (1968), no sentido de estabelecer o grau preditivo dos relatórios financeiros.

Foram utilizadas as seguintes variáveis independentes na amostra das empresas listadas no BOVESPA conforme Quadro 1 e sua respectiva fundamentação teórica (CONCEIÇÃO; DOURADO, 2009):

<u>Código da Variável</u>	<u>Variável Independente</u>	<u>Referência em Outros Estudos</u>
CTPL	X1 = exigível total / patrimônio líquido (Participação de Capital de Terceiros)	Kanitz (1978)
PCCT	X2= passivo circulante / exigível total (Composição do Endividamento)	Matarazzo (2003)
PERMPL	X3= permanente / patrimônio líquido (Grau de imobilização do patrimônio líquido)	Matarazzo (2003)
LC	X4= ativo circulante / passivo circulante (Liquidez corrente)	Kanitz (1978)
LG	X5= (ativo circulante + realizável a longo prazo) / (passivo circulante + exigível a longo prazo) (Liquidez geral)	Altman (1977)
LLPL	X6= lucro líquido / patrimônio líquido (Rentabilidade sobre patrimônio líquido)	Kanitz (1978)
LLVL	X7= lucro líquido / vendas líquidas (Margem líquida)	Antunes, Corrar e Kato (2002)
VLAT	X8= vendas líquidas / ativo (Giro do Ativo)	Altman (1968)
DFLO	X9 = despesas financeiras / lucro operacional (Cobertura de juros)	Sanvicente e Bader (1996); Sanvicente e Minardi (1998)
DFEMPR	X10 = despesas financeiras / empréstimos (Serviço da dívida)	Altman (1977)
EB	X11 = empréstimos / patrimônio líquido (Endividamento Bancário)	Matarazzo (2003)
DB	X12 = empréstimos / ativo (Dependência Bancária)	Matarazzo (2003)
CFNCG	X13= fluxo de caixa operacional / (clientes + estoque . fornecedores . outras obrigações) (Capacidade de financiamento da necessidade de capital de giro)	Pereira (2006)
CPD	X14= fluxo de caixa operacional / empréstimos (Capacidade de pagamento de	Pereira (2006)

	dívidas)	
CINV	X15= fluxo de caixa operacional/desembolsos de ativo permanente (Capacidade de investimentos)	Pereira (2006)
EBTDA%	X16= (Lucro líquido + impostos + depreciação - resultado financeiro) / vendas líquidas (Lucro antes de despesas financeiras, depreciação e participações - Ebt da margem)	Pereira (2006)
VALVL	X17 = valor adicionado líquido / vendas líquidas (Lucratividade Líquida das Vendas)	Cosenza (2003)
VALAT	X18 = valor adicionado líquido / ativo (Lucratividade Líquida do Ativo)	Cosenza (2003)
VALPL	X19 = valor adicionado líquido / patrimônio líquido (Lucratividade Líquida dos Recursos Próprios)	Cosenza (2003)
IMPVAL	X20 = impostos / valor adicionado líquido (Impacto dos impostos na riqueza)	Cosenza (2003)
DIVVAL	X21 = dividendos / valor adicionado líquido (Impacto da remuneração dos recursos dos investidores)	Cosenza (2003)

Quadro 1: Variáveis independentes selecionadas no estudo

3.3 ANÁLISE FATORIAL

A análise fatorial é uma técnica estatística multivariada que busca sintetizar as informações de um grande número de variáveis em um número muito menor de variáveis ou fatores (Hair, 2005, p. 388).

O processo de construção de fatores pela análise fatorial desenvolve-se a partir da análise conjunta de todas as variáveis independentes envolvidas e da identificação de padrões ou fatores subjacentes.

A partir da construção e evidência dos fatores, a análise fatorial poderá ser agregada com outras técnicas de análise multivariada, tais como a regressão múltipla. Essa combinação de técnicas possibilitará a redução de riscos com a multicolinearidade, ou seja, um número maior de variáveis em um conjunto menor de variáveis ortogonalmente independentes (Hair, 2005, p. 430).

4. RESULTADOS OBTIDOS

Empregou-se a técnica multivariada de análise fatorial via matriz de correlação, matriz esta estimada pelos mínimos quadrados não ponderado. No surgimento de nebulosidade dos fatores rotacionou-se os fatores utilizando-se da técnica varimax. Para a manipulação dos dados e emprego da técnica multivariada foi utilizado o software SPSS 14.0.

Segundo o método Kaiser-Meyer-Olkin (KMO) o conjunto de dados apresenta 34,0% de adequação ao modelo fatorial. Não analisou-se o teste de esfericidade de Bartlett devido a normalidade multivariada não ser garantida.

Devido alguns fatores apresentarem carga muito próximas rotacionou-se utilizando a rotação varimax e observou-se uma explicação para o total da variância da amostra em 89,0% com 7 fatores (**Quadro - 2**).

	1	2	3	4	5	6	7
CTPL	,969						
PCCT		,653	,393		-,334		,444
PERMPL	,912		,369				
LC		,681		-,340			-,535
LG		,898					
LLPL							,913
LLVL			,801		,335		
VLAT				,853			
DFLO					,763		
DFEMPR						-,889	
EMPPL	,909		-,313				
EMPAT	,480			,552			
CFNCG						,888	
EDTDA			,895				
VALVL			-,726		,535		
VALAT		,830					,338
VALPL	,957						
VALIMP				,856			
VALTERC		,785	-,413				
VALEMPR					,933		

Quadro 2: Fatores Rotacionados pelo modelo fatorial

Deste modo, classificou-se os fatores da seguinte forma:

Fator 1 – Componentes do Endividamento;

Fator 2 - Componentes de Liquidez;

Fator 3 – Componentes de Fluxo de Caixa;

Fator 4 – Componentes de Vendas;

Fator 5 - Componentes do Valor Adicionado;

Fator 6 – Capital de Giro; e

Fator 7 - Rentabilidade.

Construção do modelo linear

A combinação das variáveis em 7 fatores permitiu a redução dos aspectos relativos a multicolinearidade e de acordo com o estabelecido por Hair (2005).

O modelo linear identificado a partir da extração dos fatores apresentou um desempenho insuficiente no teste R^2 em 0,454 mostrando que o modelo tem razoável poder de explicação. No Quadro 3 é apresentado a ANOVA para o modelo de regressão adotado.

Model		Sum of Squares	df	Mean Square	F	Sig.
1	Regression	2,674	7	,382	2,141	,092(a)
	Residual	3,211	18	,178		
	Total	5,885	25			

Quadro 3: Indicador de significância do modelo fatorial

O modelo resultante da extração dos sete fatores (Fator 1 – Componentes do Endividamento; Fator 2 - Componentes de Liquidez; Fator 3 – Componentes de Fluxo de Caixa; Fator 4 – Componentes de Vendas; Fator 5 - Componentes do Valor Adicionado; Fator 6 – Capital de Giro; e Fator 7 - Rentabilidade) pelo método dos mínimos quadrados não ponderados conseguiu explicar 89,0% da variância da amostra, quando conduzidos a construção de uma modelo de regressão multivariada linear, que constitua um modelo preditivo, apresentou um igualmente um razoável desempenho significativo de validação (0,092).

Deste modo, é possível afirmar a partir dos relatórios das companhias do segmento de serviços públicos que formam a amostra, a existência de fatores relevantes relacionados ao desempenho econômico-financeiro e social influenciando no processo do *disclosure* relativo a responsabilidade social corporativa (RSC), ou seja, a partir dos fatores selecionados pode-se afirmar, para a amostra do estudo, que o desempenho em endividamento, liquidez, fluxo de caixa, vendas, criação de riqueza e rentabilidade apresentam influência no processo de comunicação voluntária (*disclosure*) acerca de seu desempenho em Responsabilidade Social Corporativa (RSC).

O resultado sugere sobre o conjunto das companhias prestadoras de serviços públicos que constituem a amostra, que o *disclosure* em responsabilidade social corporativa (RSC) está relacionado ao desempenho econômico-financeiro e social, negando-se, portanto, a hipótese nula e aceitando a hipótese alternativa: **“As variáveis do desempenho econômico-financeiro influenciam de forma significativa no *disclosure* voluntário em responsabilidade social corporativa (RSC)”**.

Os resultados e conclusões apresentadas limitam-se a amostra e período analisado no presente trabalho.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em virtude dos resultados alcançados através da análise fatorial, técnica estatística utilizada na amostra, entende-se que as empresas prestadoras de serviços públicos divulgam Responsabilidade Social Corporativa (RSC) de acordo com o desempenho econômico-financeiro.

O *disclosure* em Responsabilidade Social Corporativa (RSC) está vinculado as variáveis do desempenho econômico, indicando que as empresas que compõe a amostra tendem a evidenciar essas informações de acordo com seus desempenhos em endividamento, rentabilidade, liquidez, fluxo de caixa, vendas e distribuição de riqueza, compreendendo que os resultados aplicam-se somente as companhias, relatórios e períodos analisados.

Propõe-se que estudos relativos ao Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE) deverão ser realizados de forma a ampliar a compreensão do fenômeno da Responsabilidade Social Corporativa (RSC), especialmente no âmbito das companhias brasileiras.

Os resultados sugerem para o conjunto das companhias do segmento de serviços públicos que constituem a amostra, que o *disclosure* em responsabilidade social corporativa (RSC) está relacionado ao desempenho econômico-financeiro e social, diferindo de resultados de outros estudos (CONCEIÇÃO et. al., 2010).

Deste modo, aceitou-se a hipótese H₁: As variáveis do desempenho econômico-financeiro influenciam de forma significativa no *disclosure* voluntário em responsabilidade social corporativa (RSC).

Recomenda-se o aprofundamento a partir de novos estudos que objetivem a investigação das companhias que formam o indicador ISE da BOVESPA, o grau de

comunicação relativa a Responsabilidade Social Corporativa (RSC) das companhias que formam esse indicador, assim como, dos fatores relevantes a esse processo de comunicação.

REFERÊNCIAS

BOLSA DE VALORES DE SÃO PAULO. **Sistema de Divulgação Externa (DivExt). 9.0.** Disponível em: <<http://www.bovespa.com.br.Principal.asp>> Acesso em 15 abril de 2009.

CES-FGV - Fundação Getúlio Vargas. Centro de Estudos em Sustentabilidade. **ISE Bovespa.** Disponível em: <<http://www.fgv.br/fgvportal/>> Acesso em: 15 outubro de 2009.

CONSEZA, José Paulo. **A Eficácia informativa da Demonstração do Valor Adicionado.** Revista Contabilidade & Finanças - USP, São Paulo, Edição Comemorativa, p. 7 – 29, out/2003.

ETHOS. Instituto de Empresas e Responsabilidade Social. **O que é RSE.** Disponível em <<http://www.ethos.or.br>> Acesso em 16 setembro de 2009.

FARIA, Alexandre; SAUERBRONN, Fernanda Filgueiras. **A Responsabilidade Social é uma questão de estratégia?** Uma abordagem crítica. Revista de Administração Pública, vol. 42, nº 1, Rio de Janeiro, Janeiro/Fevereiro, 2008.

FARIAS, Kelly Teixeira Rodrigues. **A relação entre divulgação ambiental, desempenho ambiental e desempenho econômico nas empresas brasileiras de capital aberto: uma pesquisa utilizando equações simultâneas.** 189 p. Dissertação (Mestrado em Controladoria e Contabilidade). FEA – Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade. Universidade de São Paulo – USP, Ribeirão Preto, 2008.

FILHO, Marco Antônio Figueiredo Milani. **Responsabilidade Social e Investimento Privado: entre o discurso e evidenciação.** 7º Congresso USP de Controladoria e Contabilidade, São Paulo-SP, 26 e 27 de julho de 2007.

FRANCO, Hilário. **A Contabilidade na era da globalização: temas discutidos no XV Congresso Mundial de contadores em Paris, 26 a 29-10-1997.** São Paulo: Atlas, 1999.

INSTITUTO BRASILEIRO DE ANÁLISES ECONÔMICAS E SOCIAIS-IBASE. **Balanço Social.** Disponível em:<<http://www.ibase.org.br/index.php>>.Acesso em: dezembro 2009.

IUDÍCIBUS, Sérgio de; MARTINS, Eliseu; GELBCKE, Ernesto Rubens. **Manual de contabilidade das sociedades por ações: aplicável as demais sociedades.** 7. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

KITAHARA, José Renato. **Responsabilidade Social e desempenho financeiro nas empresas: um estudo empírico utilizando o Balanço Social padrão IBASE.** 187 p. Dissertação (Mestrado em Administração). Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade. Universidade de São Paulo – USP, São Paulo, 2007.

KRAEMER, Maria Elisabeth Pereira; TINOCO, João Eduardo Prudêncio. **Contabilidade e Gestão Ambiental.** 2. Ed. São Paulo: Atlas 2008.

MENDONÇA, Ricardo Rodrigues Silveira de. **As dimensões da Responsabilidade Social: Uma proposta de instrumento para avaliação.** Disponível em:<http://www.ethos.org.br/docs/...ethos.../219_Ricardo_Mendonca.doc> Acesso janeiro de 2010.

QUELHAS, Osvaldo Luiz Gonçalves; SILVA, LÍlian Simone Aguiar da. **Sustentabilidade Empresarial e o impacto no custo de capital próprio das empresas de capital aberto.** Universidade Federal Fluminense – UFF, Rio de Janeiro, 2006.

SIQUEIRA, José Ricardo Maia de. **Balanço Social: Evidenciação da Responsabilidade Social.** VIII Encontro Nacional sobre Gestão Empresarial e Meio Ambiente (Engema). FGV/USP. Rio de Janeiro, nov. 2005.

TINOCO, João Eduardo Prudêncio. **Balanço Social: Uma abordagem da transparência e da Responsabilidade Pública das Organizações.** 1. Ed. São Paulo: Atlas 2009.